

# Credor descarta as retaliações

**Rio e São Paulo** — A suspensão do pagamento dos juros da dívida externa brasileira por 90 dias (que somam de US\$ 2 a 2,4 bilhões) não vai gerar retaliações, porque os bancos credores reconhecem que essa não é uma medida de confronto. A opinião é do vice-presidente, para o Brasil, do Bank of América, Joel Korn, acrescentando, no entanto, que a medida veio cristalizar a necessidade do País firmar um acordo com o FMI nas próximas negociações da dívida, em março. Ele não acredita que essa suspensão não poderá motivar um maior endurecimento da comunidade financeira internacional, porque ela reflete a disposição brasileira de assegurar suas reservas para operações prioritárias no comércio exterior.

"A postura dos bancos continua a mesma", frisa Korn. "Não resta dúvida de que as negociações serão complexas, mas isso não tem uma relação direta com a decisão do Governo. Um destes impasses reside na dificuldade de o Brasil obter um acordo plurianual da dívida, como era intenção do Governo, e da exigência dos credores de um acordo brasileiro com o FMI". Ele argumentou que um acordo com o FMI não significa que o País cairá em uma recessão. "O Fun-

do atualmente tem uma gestão mais flexível e considera importante o desenvolvimento das nações endividadas. Por isso, esse entendimento não inviabiliza as políticas sociais do País".

Já o professor Antônio Barros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não só rejeita a formalização desse acordo, como defende a suspensão dos pagamentos dos juros por mais de 90 dias, embora reconheça que isso traria problemas para as instituições, que contabilizariam essa suspensão em seus balanços como prejuízo (Non-performing). Para Castro, é fundamental que o Governo mantenha o pagamento dos créditos de curto prazo e dê um tratamento com "luvas de pelica" para as entidades oficiais de financiamento.

Em São Paulo, o diretor-presidente do Grupo Bardella, Cláudio Bardella, afirmou ontem que considera uma questão extremamente delicada a decisão do Governo brasileiro de suspender o pagamento dos juros da dívida externa por 90 dias, bem como centralizar as operações de câmbio. Na sua opinião, é fundamental que as autoridades econômicas evitem qualquer forma de confronto com a comunidade financeira internacional assinalando que o único caminho que resta ao País é o de

buscar uma solução negociada com os credores externos.

Mais enfático, o diretor do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Walter Saccá, disse desconhecer o termo "moratória técnica". Para ele na medida em que o Governo brasileiro anunciou a decisão de suspender o pagamento da dívida externa, isso significa simplesmente que o Brasil está vivendo de fato situação de moratória. O importante agora, assinalou o empresário, é que o Governo busque uma negociação junto aos bancos credores, de forma a permitir que o Brasil possa continuar importando matérias-primas e componentes em níveis suficientes para manter o ritmo de produção atual da economia.

O presidente do Grupo Ultra, Paulo Cunha, afirmou que a suspensão do pagamento da dívida por 90 dias é o reconhecimento, pelo Governo, de que o País está sem reservas cambiais em níveis suficientes para cumprir os seus compromissos. Para ele, essa deterioração do balanço de pagamentos foi resultado da drástica redução da capacidade do Brasil de manter em níveis elevados o superávit na balança comercial.